



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Enfrentamentos sociopolíticos e diversidade: uma discussão entre Educação Ambiental Crítica e Teoria *Queer*

Rhuann Carlo Viero Taques¹

Universidade Estadual do Centro Oeste/Unicentro
<https://orcid.org/0000-0002-6741-1301>

Patricia Neumann²

Universidade Estadual do Centro Oeste/Unicentro
<https://orcid.org/0000-0002-2017-9357>

Adriana Massaê Kataoka³

Universidade Estadual do Centro Oeste/Unicentro
<https://orcid.org/0000-0001-8603-9587>

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir pontos de convergência entre a teoria e subjetividades *queer* e a Educação Ambiental Crítica. O método foi o de ensaio. Os resultados destacam os enfrentamentos sociopolíticos que, por meio de culturas visuais *queer* ou por políticas educativas ambientais, contrapõem e subvertem elementos considerados como imutáveis de um sistema socioeconômico homogeneizante e seus desdobramentos. Ambas convergem para a problematização do sistema socioeconômico e da constituição de sujeitos homogêneos. Ambas defendem a diversidade e a singularidade de modos de ser e viver. Considera-se que as subjetividades *queer* e a Educação Ambiental Crítica colaboram para dar visibilidade ao que intencionalmente é ocultado e, assim, contribuem com a promoção de reflexões e ações que questionam e enfrentam os movimentos de uniformização da vida.

Palavras-chave: Capitalismo, Cultura Visual, *Queer*.

¹ Acadêmico do curso de Ciências Biológicas na Universidade Estadual do Centro Oeste/Unicentro, membro do Núcleo de Educação Ambiental da mesma Universidade. Paraná, Brasil. E-mail: rhuanntaques@gmail.com

² Graduada em Psicologia pela FAG com ênfase em Psicologia e Processos Educativos. Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Centro Oeste/Unicentro. Paraná, Brasil. E-mail: souhumanista@gmail.com

³ Pós doutora em Educação para a Ciência e a Matemática na Universidade Estadual de Maringá. Docente do curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Centro Oeste. Paraná, Brasil. E-mail: dri.kataoka@hotmail.com

Enfrentamientos sociopolíticos y diversidad: una discusión entre Educación Ambiental Crítica y Teoría *Queer*

Resumen: El objetivo de este artículo es discutir puntos de convergencia entre la teoría y subjetividades *queer* y la Educación Ambiental Crítica. El método fue el ensayo. Los resultados destacan los enfrentamientos sociopolíticos que, por medio de culturas visuales *queer* o por políticas educativas ambientales, contraponen y subvierten elementos considerados como incambiables de un sistema socioeconómico de homogeneización y sus ramificaciones. Ambas convergen para la problematización del sistema socioeconómico y de la constitución de sujetos homogéneos. Ambas defienden la diversidad y la singularidad de modos de ser y vivir. Considerase que las subjetividades *queer* y la Educación Ambiental Crítica colaboran para dar visibilidad a lo que es intencionalmente ocultado y, entonces, contribuyen con la promoción de reflexiones y acciones que cuestionan y en enfrentan los movimientos de uniformización de la vida.

Palabras-clave: Capitalismo, Cultura Visual, *Queer*.

Sociopolitical confrontations and diversity: a discussion between Critical Environmental Education and Queer Theory

Abstract: The objective of this paper is to discuss points of convergence between *queer* theory and subjectivities and Critical Environmental Education. The method was essay. Results highlight sociopolitical confrontations that, through *queer* visual cultures or environmental educational policies, contrast and subvert elements considered unchanging in a homogenizing socioeconomical system and its ramifications. Both of them converge to the problematization of socioeconomical system and the constitution of homogeneous subjects. Both defend diversity and singularity of ways of life. We consider queer subjectivities and Critical Environmental Education collaborate to become visible which is intentionally hidden and, then, they contribute to promote reflections and actions that question and face movements to uniform life.

Keywords: Capitalism, Visual Culture, *Queer*.

Diálogo Inicial

Diante dos severos ataques político-sociais acometidos a comunidades subalternizadas, a exemplo, mulheres, negras(os), latinas(os) e LGBTQI+, é cada vez mais necessário instigar debates e reflexões acerca de estratégias e atitudes que objetivem a defesa de seus direitos, reconhecimentos e representatividades sociais. A comunidade *queer*, particularmente, tem sido, frequentemente, excluída das relações socioculturais contemporâneas por, comumente, atingirem potências de subversão (como o propósito do conceito de corpo abjeto de Judith Butler⁴) que se contrapõem ao discurso dos detentores e

⁴ O abjeto designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente outro. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do 'não eu' como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito (BUTLER, 2010, p. 191).

mantenedores⁵ dos meios de produção capitalista. Estes, os quais seguem normativas heterossexuais, brancas e patriarcais para promoção de políticas que são facilmente incorporadas em comunidades hegemônicas.

Entendemos que a Educação Ambiental (EA) se articula com a teoria *queer*, neste sentido, por se tratarem de campos do conhecimento que dedicam-se à transformação da realidade social por meio de questionamentos e enfrentamentos dos modelos de produção pautados na exploração da natureza e do trabalho humano para o acúmulo de capital. Esta articulação não é explícita, porém, se dá pelo almejo de ações políticas que objetivem mudanças nos âmbitos socioambientais. Desta forma, compreendemos que a EA, particularmente em sua perspectiva crítica, e a teoria *queer* não possuem as mesmas fundamentações teórico-filosóficas, porém, neste artigo, nos comprometemos à tentativa de estabelecer diálogos e identificar confluências entre ambas, tomando como elemento para discussão a perturbação de uma suposta estabilidade social, seja por meio da educação ou pelo rebelde ato de existir e resistir, cujo qual jamais é simples e nem despercebido.

Assim sendo, embora sejam perspectivas que possuam divergências filosóficas, o objetivo deste texto é refletir e discutir pontos de convergência entre a EA crítica e a teoria *queer*. Para isso, realizamos um estudo ancorado no materialismo histórico e o texto foi disposto em três partes. Na primeira, apresentamos brevemente a EA crítica, na segunda, elementos básicos da teoria *queer* e, por fim, discutimos pontos de convergência entre ambas. Esperamos, com esta discussão, suscitar problematizações em torno da constituição de sujeitos e sociedade e ampliar a sensibilidade a problemas sociais e ambientais oriundos da estrutura socioeconômica vigente.

Educação Ambiental Crítica e a problematização do sistema socioeconômico capitalista

Por meio de registros científicos, sabe-se que, no anseio pela construção de novos hábitos e valores humanos que visavam transpor a crise socioambiental que se instalou por meio de uma concepção antropocêntrica e utilitarista da natureza e seus recursos (RIBEIRO, 2007), movimentos ambientalistas propuseram a EA como corrente epistemológica e campo do conhecimento político e pedagógico em meados dos anos

⁵ [...] detentores e mantenedores [...] está, intencionalmente, no masculino porque, de fato, a maioria dos que detêm poder econômico são homens cisgênero heterossexuais ou que se afirmam como heterossexuais para a sociedade, mesmo que possam ter outra orientação.

1960, com a fundação da *Society for Environmental Education* na cidade de Leichestre, Grã Bretanha (ProNEA, 2014). Na ocasião, o termo *educação ambiental* foi ouvido pela primeira vez, sendo sinônimo de reverência e respeito a todos os seres vivos, convergindo, inclusive, com princípios e objetivos estabelecidos pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Humanos, de 1966 (DIAS, 2013).

As discussões acerca da EA reduzida à dimensão técnica-natural se distanciaram e seu reconhecimento como ciência do fazer educativo para (re)pensar estratégias que visam o desenvolvimento social se deu em maior escala durante a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em 1977, em Tbilisi, na União Soviética (ProNEA, 2014). Na ocasião, houve certa atenção na tentativa de compreender as complexas relações existentes entre os membros sociais enquanto sujeitos para um melhor desenvolvimento socioeconômico que levasse em conta o equilíbrio para com o meio ambiente (TOZONI-REIS, 2006).

Conforme Tozoni-Reis (2006) relata, a EA, em um contexto geral, tem como finalidade promover o respeito a todas as formas de vida, de modo a afirmar valores e ações que contribuam para as transformações socioambientais exigindo responsabilidades individuais e coletiva, locais e planetárias, pautadas na justiça social e na sustentabilidade ambiental. Dentro deste contexto, Dias (2013), destaca que mazelas como as próprias injustiças sociais, preconceitos, exclusões e marginalizações de comunidades subalternizadas como a comunidade *queer*, por exemplo, são criadas pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado nas sociedades capitalistas que visam uma distribuição de renda predatória para a mão de atores sociais que pertençam ao hegemônico e seletivo grupo de homens cis⁶ brancos, heterossexuais e comumente detentores dos meios de produção. Neste sentido, a EA compreende as questões ambientais em sua natureza multidimensional, não sendo possível abordá-las adequadamente por olhares reducionistas e concepções fragmentadas (TOZONI-REIS e CAMPOS, 2014). Portanto, problemáticas desta área são reflexos de um sistema em crise que prejudica seres humanos e não apenas por meio de desigualdades sociais.

⁶ Sujeitos cis ou cisgênero se diferenciam de trans ou transgênero por meio da identificação (no caso cis) ou da não identificação (no caso trans) existente entre a identidade de gênero autodeclarada e o sexo anatômico/biológico designado ao sujeito no nascimento (JESUS, 2012). Em outras palavras, sujeitos cis são os que o gênero se identifica com o sexo. Por exemplo, sexo feminino e gênero feminino. Sujeitos trans são os que o gênero não se identifica com o sexo. Por exemplo, sexo feminino e gênero masculino. É de onde decorre, em alguns sujeitos, a busca pelas mudanças do corpo através de tratamentos hormonais e cirurgias.

Destaca-se, dentro deste contexto, que a EA em sua perspectiva crítica, é alicerçada em orientações filosóficas da Teoria Crítica, elaborada pelo Instituto de Pesquisa Social, ou ainda, Escola de Frankfurt, em meados de 1923. Esta vertente teórica se nutre das relações sociais historicamente determinadas⁷, pensamento formulado por Karl Marx em diálogo com outros intelectuais como Freud, Weber e Hegel em busca de uma visão integradora das esferas e setores que regem as sociedades humanas. Assim, centralizavam seus esforços em ler a realidade (inclusive seus aspectos ambientais) de forma crítica e explicitar as relações sociais mercantilizadas e alienantes que perpassam a forma hegemônica de organizar a sociedade. Uma atuação neste sentido, busca transformar as relações sociais por meio da emancipação de sujeitos críticos (TREIN, 2012).

A EA crítica, desta forma, tende a se opor ao antropocentrismo e a subordinação da natureza configurando-se como uma perspectiva que busca uma educação política, democrática, libertadora e transformadora (TOZONI-REIS, 2006). Deste modo, busca reflexões acerca de como os paradigmas capitalistas modernos imprimem suas características e objetivos às relações e grupos sociais e, conseqüentemente, as relações da sociedade com o meio (CARVALHO, 2008). Nesse sentido, revela crises paradigmáticas na medida em que busca enfrentar o problemático metabolismo social que reflete no meio ambiente com finalidades cada vez mais pragmáticas e de subsunção da natureza aos interesses do capital industrial (TREIN, 2012).

O propósito da EA por esta vertente não é findar-se em si mesma, mas transformar a realidade socioambiental na formação de sujeitos que sejam capazes de questionar os modelos políticos prevaletentes com fins de mudanças na infraestrutura. Dentro de uma proposta de fomentar ações com fins de mudanças estruturais, em que infraestrutura e superestrutura se influenciam constantemente, é que se insere e faz-se fundamental a discussão sobre elementos construídos pela superestrutura e seus desdobramentos no vigente sistema socioeconômico. Dentro do materialismo histórico, base da EA crítica, se discute exploração e opressão (TREIN, 2012). A exploração do trabalho no sentido de uma classe dominante que explora a outra mediante a compra e venda da força de trabalho. Isto é mediado pelas relações de valor que se constituem no valor de troca. A força de trabalho é uma mercadoria da classe trabalhadora e possui um caráter de metamorfose, isto é, ela se

⁷ Uma das críticas a esta perspectiva é, justamente, a defesa de que as relações são historicamente determinadas. Perspectiva esta que se opõe a teoria *queer*, visto que a visão *queer* é de que sujeitos são construídos e desconstruídos sem nenhum tipo de determinação, seja histórica, seja outra. Como mencionamos anteriormente, EA crítica e teoria *queer* têm pressupostos filosóficos distintos, mas defendemos que se interseccionam em alguns pontos. Sobre a crítica ao sujeito determinado, ver Dussel (1992).

constitui de formas diferentes. A força de trabalho, enquanto mercadoria, é fundante e se materializa pela exploração e pela opressão de identidades de gênero, de classe, de raça e sexualidade (MELO e MAROCHI, 2019; LUGONES, 2014). É, portanto, neste âmbito que articulamos a discussão entre EA crítica e diferentes modos de vida, dentre eles, especificamente, as subjetividades *queer*.

Subjetividades *Queer* e a perturbação de fronteiras pré-estabelecidas

Queer. Termo que foi transposto subversivamente do lugar de insulto por ativistas e teóricas(os) para problematizar, inicialmente, gênero, identidade, corpo e desejos em contraposição à heterossexualidade como a única identidade legítima – sendo os modos de viver a sexualidade. Suas subjetividades são aquelas que englobam possibilidades de ser que não desejam ser assimiladas e aprendidas como identidades constituídas a partir do modelo heterossexual como um desvio ou mesmo unificar homossexuais, o que exclui outras possibilidades de existência, ou seja, de modos de ser – de modular os desejos. A noção de *queer*, nessa perspectiva, não se refere a uma só identidade do ser e nem à recusa ou destruição de categorias binárias de sexo, identidade de gênero ou sexualidade, mas se dispõe a colocar em questão o que impede e o que limita possibilidades de ser o que se deseja ser (BUTLER, 2010).

A teoria *queer*⁸ teve sua emergência nos Estados Unidos, mais especificamente em diálogos e pesquisas sociológicas sobre minorias sexuais e gênero de Universidades da Ivy League, uma conferência desportiva de oito universidades privadas do nordeste do país (MISKOLCI, 2009). Neste momento:

[...] o diálogo entre a teoria queer e a Sociologia foi marcado pelo estranhamento, mas também pela afinidade na compreensão da sexualidade como construção social e histórica. O estranhamento queer com relação à teoria social derivava do fato de que, ao menos até a década de 1990, as ciências sociais tratavam a ordem social como sinônimo de heterossexualidade. O pressuposto heterossexista do pensamento sociológico era patente até nas investigações sobre sexualidades não-hegemônicas. A despeito de suas boas intenções, os estudos sobre minorias terminavam por manter e naturalizar a norma heterossexual” (MISKOLCI, 2009, p. 152).

⁸ A teoria *queer* (*queer theory*) prediz que a orientação sexual, identidade de gênero, sexualidade e desejos dos seres humanos não são intrínsecos por si, já que são o resultado de um constructo de processos sociais legítimos e que, por este motivo, não se encontram papéis ou categorias sexuais essencial ou biologicamente inscritas na natureza, se não formas socialmente variáveis ou “desviantes” de desempenhar um ou vários papéis sexuais (JAGOSE, 1996).

Miskolci (2009) relata que teses Foucaultianas denotadas pela obra *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1976) foram bases para concepção da teoria *queer*. Esta obra explicita que identidades subjetivas de sexo e gênero não são puramente despontadas pelo indivíduo enquanto ser, mas comportam defluências e limitações de um discurso dominante. Miskolci (2009, p. 153) evidencia que Foucault ao “analisar a invenção do homossexual (neste discurso), mostrou que identidades sociais são efeitos da forma como o conhecimento social é organizado e que tal produção de identidades é ‘naturalizada’ nos saberes prevalentes”.

Judith Butler em *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (2010) bebe deste contexto e utiliza como exemplo o exame de ultrassom para ilustrar a materialização desta questão quando se questiona o sexo de um bebê durante o processo gestacional. No momento em que se esclarece a presença de um pênis ou uma vagina, naturalmente, compreende-se que a futura criança seja heterossexual, assumindo padrões comportamentais que sejam adequados a esta condição. Dentro deste contexto, assume-se que a heterossexualidade é compulsória, visto que se sustenta em um único modo legítimo de identidade – a heterossexual. Ao impor essa identidade como normal, instauram-se modelos políticos e padrões de vida que fundamentam processos sociais e de controle que arquitetam práticas institucionais e culturais (RICH, 1993).

Estes modelos políticos se esgotaram nas subjetividades *queer* na medida em que pareavam sexo e gênero natural e culturalmente, de forma a associar o sexo feminino à maternidade, como algo natural e a paternidade como algo cultural, fixando o papel, comportamento, sexualidade e identidade da mulher à reprodução, o objeto desse discurso, e o homem à cultura/racionalidade, o sujeito detentor do conhecimento. De acordo com esta lógica binária, as identidades humanas passam a ser constituídas em uma matriz sociocultural em que a genitália delinea relações de continuidade entre sexo, gênero, desejo e papel social (HARAWAY, 2004).

A palavra *queer* carrega o sentido de estranho, de algo não identificável ou de difícil compreensão. Louro (2006) utiliza o termo não somente como um vocábulo para abarcar sexualidades não vigentes, mas também como “uma disposição para pensar além do que usualmente se é capaz de pensar, podendo nos levar a questionar e romper os limites do pensável em muitos espaços, em múltiplos domínios” (*Ibid*, 2006, p. 10). O estranhamento que Louro (2006) propõe é problematizar o campo do ser e conhecer, de modo que, para um sujeito ser, é necessário que a todo momento se estranhe com a

realidade e torne a pensar e conhecer além das fronteiras do estabelecido como verdade única, ou ainda, como ela mesma diz, “suspeitar das coisas e dos sujeitos demasiadamente respeitáveis e intocáveis. Talvez se deva estranhar, sempre” (LOURO, 2006, p. 10).

Neste sentido, pensamos que o estranhamento é uma ação, uma atitude perante a realidade. Atitude esta que é anulada em um sistema que busca homogeneizar todas e todos, apesar de um falso discurso de diversidade, como bem apontado pela teoria do materialismo histórico quando debate a cultura de massas produzida por uma indústria cultural, faceta última do capitalismo tardio. Ou seja, há uma indústria que produz intencionalmente um só tipo de subjetividade, um só modo de vida centrado no consumo. Diante disto, o sujeito é mantido na sua condição inflexível de vida e seus gostos, relativos a qualquer área da vida, consagram-se e determinam-se como produções históricas e sociais dirigidos pela indústria. Salientamos que, ao falar de gosto, fala-se de desejos e escolhas em qualquer área da vida. Gostos e desejos que são realidades históricas e sociais. Em uma sociedade que apenas um tipo de desejo é permitido e qualquer outro é reprimido, o consumo é uma (falsa) escapatória, uma vez que a promessa de felicidade quando da aquisição de um produto se configura como a saída para a insatisfação gerada pelo próprio sistema. Frente a isso, é preciso a ação de estranhamento. O estranhamento do qual Louro fala, refletimos, não se resume à sexualidade, mas a um modo de vida que engloba todos os tipos de relações entre estruturas socioeconômicas.

Em vista disto, Butler (2010) parte de uma crítica foucaultiana para questionar a estabilidade das categorias de sexo e gênero e refuta a noção de origem de uma verdade universal sobre elas. Desse modo, expõe que as subjetividades *queer* não buscam uma definição acerca de gênero, sexualidade ou identidade, mas, ao invés disso, redireciona suas críticas genealógicas para os efeitos sociais, culturais, históricos, políticos e, conseqüentemente, ambientais que regulam em oposições binárias as múltiplas possibilidades de expressão humana.

A manifestação política destas subjetividades assim conflui a partir de diversos saberes e esferas fundamentais para sua composição. Cabe ressaltar, a partir de Haraway (1995), que, quanto aos saberes, não se trata, apenas, da problematização ontológica da existência, mas, igualmente, emerge a problematização epistemológica. Tal problemática toca diretamente em uma construção social que é a ciência e a qual está plenamente permeada por valores e interesses. A ciência enquanto conhecimento não está descolada da vida política nem é neutra. Sua objetividade é questionável, bem como sua proposta de

universalidade. Desta busca pelo universal, por um fundamento único independente de tempo e espaço que explique o mundo, deste anseio, emergiram tantas das mais proeminentes teses científicas e filosóficas no século XX, dentre elas, o próprio materialismo histórico. Salientamos que qualquer tese que se funda em alguma determinação, seja ela qual for, tem em sua base a defesa do universal, ou seja, partem da premissa central de que há um universal que rege a realidade.

Há teses, contudo, que não partem desta premissa da universalidade, dentre elas a tese *queer*. Como afirma Louro (2012, p. 365), a comunidade *queer* têm problematizado “uma nova articulação entre sujeitos, objetos do conhecimento e esferas sociais [...] desafiando o monopólio masculino, heterossexual e branco da Ciência, da Educação, das Artes ou da Lei a falar sobre sexualidade, gênero, cultura e DIVERSIDADE” [destaque da autora]. A partir desses diálogos, *queer* se revela como uma manifestação de múltiplas subjetividades que promulga questionamentos à universalidade do ser ordinário. Resulta em movimentos científicos, artísticos, políticos e ambientais que perturbam a estabilidade de uma ordem ou estrutura social vigente que tende a ser monoculturizada, para usar um termo de Vandana Shiva (2002), possibilitando a compreensão do ser humano enquanto um ser único e possuidor de uma identidade múltipla ou ainda, de uma identidade plural.

Educação Ambiental Crítica e Teoria *Queer*: pontos de convergência

Há um claro movimento de homogeneização da vida que atinge as mais diversas esferas da existência como consumo, lazeres, desejos, subjetividades, dentre outros. Vandana Shiva, em sua obra *Monoculturas da Mente* (2002), destaca que o referido movimento se pauta em ideologias e valores estabelecidos por um sistema político-social dominante que, por meio de justificativas pragmáticas, levam a sociedade crer que suas alternativas pautadas pelo capitalismo são as únicas para ser e existir. Desta forma, faz com que outras possibilidades desapareçam ou sejam minimizadas em meio a realidade que tentam empregar. Este sistema globalizador de forma alguma é universal, pois nasce e ascende a partir de princípios e convicções pertencentes a uma cultura específica. Por meio desta perspectiva, é possível perceber que qualquer política imposta por ele é antagônica a qualquer suspiro de diversidade, equidade e justiça social.

Esta relação dominadora possibilita ao sistema a criação de um monopólio que se torna capaz de assegurar posição superior a qualquer que seja a variação (SHIVA, 2002). Desta forma, torna-se uma exigência que os sujeitos enquanto seres sociais se adequem a

padrões da visão de mundo dominante que se impõem como se houvesse uma essência masculina ou feminina; ou seja, ser homem é ser branco, viril, corpo musculoso, heterossexual, ativo, racional, forte, conquistador e ser mulher é ser branca, delicada, heterossexual, passiva, emotiva, sensível, maternal. Qualquer perturbação nessa lógica está fadada ao ridículo nesta ordem vigente (HARAWAY, 2004).

O homem dito afeminado e, por isso, inferiorizado – já que a mulher é tida como inferior – que chora, expressa sensibilidade, usa roupas cor de rosa ou qualquer cor que não seja a cor para homens; a mulher que é mãe e solteira, ou seja, tem maternidade desvinculada de casamento, a mulher dita masculinizada – o que não é bem visto, já que masculinidade é exclusivo de homens – a mulher ou o homem gordos, que escapam ao padrão de corpos magros são alguns exemplos de contravenções à ordem. Ainda, sujeitos que não se adequam nas normais heterossexuais, que desejam outros que não seu dito sexo oposto ou não desejam apenas o seu oposto – dentro do binarismo – são mais propensos a serem marcados pelo sistema. O mesmo para corpos que não são brancos, mas de outras cores. Como coloca Schwarcz (1998), no Brasil, há sujeitos que foram submetidos ao branqueamento como estratégia política de unificação, política esta, amplamente utilizada para resolver o que se considerou o problema da miscigenação. Trata-se de aniquilar as diferenças por meio de mecanismos estatais que, inclusive, se voltaram à interdição ao acesso à terra e ao trabalho de populações específicas como as descendentes de africanas e africanos (SCHWARCZ, 1998). Falar da construção de gênero implica também falar da construção de raça que podem ser elementos produzidos pela superestrutura com fins de dominação social ou, ainda, como pontos de partida para a problematização de tal estrutura social. Aqui, são discussões inseparáveis para pensar a realidade socioambiental e econômica brasileira.

Queer, desta forma, possibilita que o sujeito – em nível inconsciente e consciente – possa pensar e escolher, isto é, que não tenha que se moldar às normas vigentes, adequar-se ao desejo do outro – este outro que é homem, heterossexual e branco, por exemplo – mas é livre. Liberdade esta que está relacionada a condições históricas e sociais e, por isso, precisam ser compreendidas para serem modificadas. Como destaca Ortner (2006), os sujeitos estão existencialmente imersos em complexas teias de relações, de afeto ou de solidariedade, de poder ou de rivalidade, ou, muitas vezes, em alguma mescla dos dois. Estas inescapáveis relações acabam por limitar o espectro de atuação dos sujeitos e fazem pulsar as forças coletivas dominantes e inflexíveis e, desta forma, as organizações sociais

tendem a tolher o exercício da liberdade individual. Eis onde, ressaltamos, se insere a discussão de gênero e raça.

A perspectiva das subjetividades *queer* explora e assalta a homogeneização/normalização, porém, sem a finalidade de centralizar suas críticas ao redor de um sujeito gay, lésbico, trans, etc. Isto porque *queer* não se trata de um movimento identitário (MISKOLCI, 2007), mas dialoga com eles, pois é oriundo destas articulações. O que distancia o *queer* dos estudos com foco na identidade é direcionar sua crítica não para busca de uma identidade ou sujeito legítimo para enquadrar em determinada concepção, mas para as condições que produziram identidades diversas, verdadeiramente diversas, que não merecem minimamente as classificações binárias masculino/feminino e heterossexual/homossexual que pobremente encaixotam a existência humana (GAMNSON, 2000).

A referida homogeneização social não parte da ingenuidade. Possui o claro e consciente objetivo de padronizar os sujeitos para produzir controle sobre os mesmos. Shiva (2003) traz reflexões interessantes quando expressa que monoculturas, ou seja, sistemas de exploração do solo com especialização em um só produto, são qualitativa e quantitativamente empobrecidos, porém, grandemente convenientes para o sistema dominante não por aumentarem diretamente a produção, mas por aumentarem o controle sobre as variáveis que podem desestabilizar esta. Desta forma, “a expansão das monoculturas tem mais a ver com política e poder do que sistemas de enriquecimento e melhoria da produção biológica” (SHIVA, 2002, p. 18). A uniformização do solo pela agricultura, portanto, não se trata apenas de uma maneira de utilização da terra para plantio, mas também de como pensar, planejar e manejar com estratégia a produção. Assim, as monoculturas, para Shiva (2002), primeiramente, instalam-se nas mentes, como uma tática, uma artimanha, para depois serem transpassadas aos solos.

Contudo, “a uniformidade é contrária aos processos da natureza” (SHIVA, 2003, p. 69), inclusive a humana. Desta forma, as subjetividades *queer* também se movimentam contra uma sistemática social que busca a homogeneização dos que fogem dos padrões e normativas cis heterossexuais, as quais são produzidas por um sistema socioeconômico. *Queer* se lança a problematizar gestos, expressões, desejos e modos de existência que organizam identidade, sexualidade e subjetividades por e em um único viés. O enfrentamento político-social já se dá puramente pela existência do sujeito, mas se fortalece ao se manifestar. Neste sentido, a cultura visual *queer* se torna um dos

instrumentos de resistência e empoderamento da diversidade que é o alvo da monocultura mental. Esta cultura visual se fundamenta na expressão de visualidades não aceitas socialmente e, assim, exteriorizam não tão somente o que se é visto, mas também as construções políticas que se inserem nas subjetividades *queer*, o que propicia o exercício da reflexão e interpretação contínua do que vemos e deixamos de perceber (VAZ, 2012).

Já que a proposta *queer* é estranhar o sistema social vigente, Orlandi (2013) exalta, por meio da análise de discurso, que é no corpo com as visualidades que o sujeito (se) diz. Assim, os corpos dos sujeitos que carregam marcas de torpezas impressas por uma hegemonia social pela razão de não cumprirem com as ordens propostas pela mesma se configuram como efeitos visuais de um discurso. É na imagem do corpo *queer*, a partir da subversão do dito “normal” que as subjetividades individuais encontram modos de expressão e perturbação da estabilidade da ordem vigente.

Estes corpos desenraizam as ideias fixas de uma única feminilidade e masculinidade, de modo a possibilitar pontos de compreensão acerca das múltiplas identidades humanas. Aqueles e aquelas que possuem corpos que visualmente vão contra a homogeneização e, a partir dele lutam politicamente, não estão apreensivas em serem integradas enquanto sujeitos no sistema. Consideram essa superfície visual (o corpo) propensa à resignificação e limite da multiplicidade do ser, que cristaliza de modo temporário uma aparência do ser, já que os sentidos, os sujeitos, as identidades podem reclamar outros sentidos, outros modos de ser.

Esta conjuntura de enfrentamentos político-sociais *queer* dialoga com práticas e princípios de uma educação ambiental crítica por esta se contrapor a matrizes racionalistas modernas. Enquanto *queer* notabiliza resistências a um sistema dominante patriarcal, cis e heterossexual, a EA crítica tece seu embate aliada à visualização das relações de dominação social e da natureza. As mesmas relações de subjugo que há entre sujeito e natureza, há entre sujeitos e sujeitos conforme os marcadores sociais de cada um. No caso do Brasil, um país fundado em um sistema econômico escravocrata, os marcadores sociais de raça é um dos que organizam modos de vida. A cor da pele e os traços do corpo são usados como justificativa para a manutenção de um modo de vida que privilegia apenas alguns.

O sujeito de corpo negro é visto e tratado como desigual quando comparado ao corpo branco. O corpo com marcador de sexo feminino não é tratado tal como o corpo com marcador masculino. Junto ao sexo, que é, no sistema binário, uma determinação

biológica, vem o gênero como que acoplado naturalmente. Mulher e homem são porque nasceram assim. Esta construção reflete totalmente na qualidade de vida. Ela justifica o tratamento que o mercado dá a cada sujeito em sua categoria. No mercado de trabalho, segundo as Nações Unidas (2004), no Brasil, quando ocorre a inclusão de mulheres, são das brancas, não das negras e menos de 5% dos cargos de gerência são ocupados por pessoas negras. Ainda conforme as Nações Unidas (2004), mais de 40 milhões de pessoas, no mundo, vivem sob condição de trabalho escravo. Destas, metade estão em setores como agricultura, mineração e serviços domésticos. O restante é de vítima de escravidão sexual, escravidão por casamento forçado e escravidão infantil. No Brasil, o lugar em que mais se encontra trabalho escravo é o Maranhão, estado que, por sinal, conforme o IBGE (2020), é o que tem o menor produto interno bruto. A desigualdade econômica se une a outras muitas desigualdades sustentadas e perpetuadas por um sistema socioeconômico, cultural e ambiental. E não somente a cor da pele e o sexo trazem uma marca visual da desigualdade social. Em termos ambientais, aqueles que consomem trazem essa marca em suas roupas, carros, casas, lugares que frequentam, etc, ou seja, a qual classe social pertencem.

Subjetividades *queer* e EA crítica abordam este mesmo fenômeno por diferentes perspectivas. Destaca-se que a primeira tem seu berço nos estudos pós-coloniais e teorias subalternas que embatiam distinções hierárquicas de grupos sociais historicamente subalternados a partir dos estudos culturais ingleses na década de 1950 (MISKOLCI, 2009). A fluência destes estudos aflora, em uma de suas vertentes, princípios para a teoria *queer* ao trabalhar na construção de subjetividades que desloquem categorias tradicionais de trabalho, classes e gênero para esferas transversais como o corpo, raça, nacionalidade, língua, cultura e linguagem (PRECIADO, 2007).

Dentro deste contexto, os estudos subalternos, de forma geral, derivam de uma teoria que critica, por meio de um método materialista histórico marxista, o sistema social dominante “em oposição a certa corrente ortodoxa que se tornara hegemônica, ao mesmo tempo em que deixava de responder às demandas de grupos sociais de sua época, inicialmente operários, aos quais se somaram os imigrantes, negros, mulheres e homossexuais” (MISKOLCI, 2009, p. 160). Ou seja, têm se ampliado as discussões iniciais que centravam na relação de dominação entre capitalistas e proletários para as questões de dominação entre sujeitos dentro de um mesmo proletariado. Não são apenas os donos do capital que exploram os que têm a força de trabalho. Há exploração também dentre os que possuem tão apenas a sua força de trabalho. Isso ocorre, por exemplo, quando o homem

trabalha menos horas que a mulher porque é homem, quando o homem ganha mais que a mulher ao fazer o mesmo serviço, quando o homem branco ganha mais que o homem negro ao fazer o mesmo serviço, etc. Uma das máximas mais visíveis do sistema socioeconômico capitalista (infraestrutura) harmônico com a cultura patriarcal/machista (superestrutura) é que a mulher que é mãe nada recebe por seu trabalho de criar e educar filhas(os). Uma jornada de tempo integral de trabalho que é dada como natural, associada à divisão binária de sexo (MELO e MAROCHI, 2019). Frente a esta sociedade de exploração de recursos humanos e naturais, as subjetividades *queer* são vistas como uma ameaça. *Queer* são corpos – sujeitos – que buscam outras possibilidades de vida. A EA faz parte de todo este contexto de problematizações de modos de existência. Após a publicação da obra *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* de Horkheimer, em 1937, a teoria crítica ficou conhecida e ampliou-se na prática social, utilizando a crítica como pressuposto para indagações provindas da não aceitação passiva da realidade sócio-política (LOUREIRO, 2004). Neste sentido, Guimarães (2012, pp. 48-49) afirma que a teoria crítica por uma perspectiva da EA, “volta-se para uma práxis de transformação da sociedade”. Também denominada transformadora, a EA crítica é aquela que possui tendências emancipatórias e a dualidade forma/conteúdo é proposta de acordo com as atividades humanas vinculadas ao fazer educativo que implicam em mudanças individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e culturais (LOUREIRO, 2008), ou seja, transformações tanto na infra quanto na superestrutura.

A transformação em sujeitos conscientes e agentes de seus papéis sociopolíticos – um dos elementos da teoria *queer* – encontra apoio na EA crítica, pois ela busca auxiliar no desenrolar de processos de reflexão que se espera venham a culminar em atitudes individuais e coletivas que tenham por objetivo o enfrentamento dos problemas sociais e ambientais. A EA crítica busca também contribuir, ainda, para a superação de uma visão fragmentada da realidade e defende que o sujeito passe a ser considerado parte integrante da sociedade e natureza, sendo responsável por agir como um ser transformador da realidade global. Nas palavras de Loureiro (2008, p. 328) a EA crítica se propõe a superar a divisão entre sujeito e objeto e a “mercantilização da vida. Estas são entendidas como características inerentes ao metabolismo da sociedade capitalista, conduzindo o ser humano a um estado de alienação diante de si mesmo, da espécie e a uma condição de “ruptura” entre sociedade-natureza” [aspas do autor].

Desta forma, a EA crítica e o movimento *queer* se articulam e interseccionam por lutar contra um sistema dominante de exploração e opressão, perspectiva também defendida por Vandana Shiva, a qual luta pela participação ativa de todos os atores e grupos sociais pela democracia e respeito aos seres do planeta. Nas palavras de Shiva (2002, p. 81), “a democratização transformou-se num pré-requisito crucial para libertação humana já que o sistema de saber contemporâneo exclui o humano por sua própria estrutura”.

As reflexões proporcionadas pela EA crítica buscam despertar os sujeitos para as mazelas e injustiças que afligem as comunidades subalternas das sociedades atuais. Proporciona aos sujeitos a percepção de que as problemáticas ambientais são indissociáveis das problemáticas políticas, econômicas e sociais, inclusive aquelas subjetivas como raça, sexualidade e gênero, já que questões como estas são subjugadas e oprimidas para construção de um sistema que é monoculturizado. Segundo Shiva (2002), o sistema dominante que luta contra movimentos que buscam a desconstrução de oposições binárias das categorias de gênero e sexualidade e evidenciam sua multiplicidade é o mesmo que confronta a diversidade do solo. Enquanto, aparentemente, a produtividade e o controle de safras aumenta, quando a diversidade das plantações é substituída pela uniformidade, a manipulação e alienação de sujeitos sociais também se torna mais fácil nesta condição.

Neste sentido, ressaltamos que a vida como um todo requer certa medida de ordem, mas também necessidade do movimento, da mudança. É no movimento que se encontra a diversidade. A diversidade é necessária à sobrevivência e, para além, a vivência. Existe grande diferença entre viver e sobreviver. Vivência, aqui, significa ter qualidade de vida e, para isso, são precisas condições. O sistema socioeconômico capitalista proporciona sobrevivência, ou seja, um mínimo de condições para apenas uma parte da população mundial. Mesmo a sobrevivência não é para todos, pois muitos são os que morrem por fome, frio, sede, doenças e violências oriundas de vulnerabilidade social e natural.

Vulnerabilidade voltada aos aspectos naturais requer ser ressaltada. Acordamos com o documento das Nações Unidas (2004), que trata da redução de desastres, no qual vulnerabilidade se constrói a partir de condições sociais, econômicas, físicas e ambientais, as quais fazem crescer a fragilidade de certas comunidades ao efeito de ameaças. Neste sentido, Hewitt citado por Vestena (2019), elenca formas básicas que a vulnerabilidade emerge: exposição a ambientes e agentes perigosos; predisposições ao dano (pessoas,

edificações, trabalhos, comunidades, etc), falta de proteção a perigos, falta de recursos para atenuar riscos e responder de modo rápido e eficaz aos perigos; incapacidade de evitar, suportar, compensar e recuperar de desastres ou mesmo de adquirir meios de proteção. Um exemplo de vulnerabilidade natural é o fenômeno de desigualdade verde mostrada em um texto de caráter informativo na edição de julho de 2014 da Revista Exame. A desigualdade verde se refere a quantidade de arborização em determinada área geoeconômica nas cidades. Em grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba, etc, as regiões mais ricas são quantitativamente superiores em árvores que nas periferias. O texto se vale de imagens aéreas em que, por exemplo, a Vila Nova Conceição, perto do Ibirapuera, região sul e rica de São Paulo é amplamente arborizada enquanto que Itaquera, região leste e pobre, não se vê uma árvore sequer. Ou seja, os mundos são claramente divididos e seus recursos também, sejam eles humanos ou naturais. Neste mundo binário em que a expressão de gênero binário é só uma de suas faces, a diversidade é sua antítese. Shiva (2002) relata que a diversidade é uma alternativa à homogeneização, de modo que viver a diversidade no ambiente natural corresponde a viver a diversidade de culturas e expressões do ser no âmbito social. Em suas palavras,

[...] passar da uniformidade para a diversidade é essencial tanto ecológica quanto politicamente. É um imperativo ecológico porque apenas um sistema baseado na diversidade respeita os direitos de todas as espécies e é sustentável. Também é um imperativo político porque a uniformidade anda de mãos dadas com a centralização, enquanto a diversidade requer um controle descentralizado. A diversidade enquanto maneira de pensar e de viver, é necessária para superar o empobrecimento gerado pelas monoculturas mentais (SHIVA, 2002, p. 18).

Neste contexto, as subjetividades *queer* e a EA crítica partilham da busca por respeito e dignidade ao enfrentar a sociedade e a política dos monopólios naturais e sociais por meio, cada um, de seus recursos. As subjetividades *queer*, por meio de sua cultura visual, e a EA crítica, pela busca em formar sujeitos históricos engajados a uma construção social discrepante da atual, injusta e excludente. Importante compreendermos que aquilo que é diverso e dissidente ao discurso dominante é submetido a uma política de exclusão. O sistema patriarcal, considerado o normal, hierarquiza as posições de sujeito e reduz a categorias de sexo (pênis/vagina), gênero (masculino/feminino) e sexualidade (heterossexual/homossexual), tornando outras subjetividades excludentes e marginalizadas.

Dentro disso, são múltiplas as margens que um sujeito pode se encontrar, pois qualquer coisa que se torna excludente ao reconhecimento inteligível da norma é considerado abjeto.

A concepção de abjeção se refere aquilo que é lançado para fora do corpo e, assim, somente pode ser pensado a partir desse lugar de não existência. Já que o modelo vigente na lógica tradicional do ocidente é a norma heterossexual, branca e cis, o sujeito fora desta norma somente será inscrito a partir da relação com o dito normal (BUTLER, 2010). A anormalidade, o desvio, o inassimilável será o lugar de produção do não-sujeito, ser-abjeto e de onde surgem as selvagerias, brutalidades e exclusões sociais acometidas à comunidade LGBTQ+, às pessoas pobres que não são consumidoras em potencial e às pessoas que mostram em seus traços físicos origens que não a caucasiana. Falamos de afrodescendentes, mas de modo algum se pode esquecer das populações indígenas e outras que recebem uma existência a partir de um modelo ao qual não pertencem, como se não tivesse existência singular própria.

Dentro deste contexto, por meio da perspectiva de EA crítica, percebe-se que, assim como saberes locais acerca dos recursos florestais são inválidos aos grandes produtores que visam o capital por meio das monoculturas (SHIVA, 2002), a classe dominante do atual sistema científico moderno e ocidental também tendem a excluir, por meio da divisão de classes, as culturas e saberes de povos que possuem relações mais harmônicas para com o ambiente, como os indígenas, ribeirinhos, posseiros e pequenos agricultores. Desta forma, a hegemonia otimiza a superestrutura capitalista e a educação – ambiental – torna-se uma ferramenta capaz de romper os valores e práticas que possam ser complacentes a mudanças em suas bases modernas (CARNOY, 1987).

Por fim, diante desta discussão, perfaz-se que a questão das classes propostas por Marx é fundamental para a compreensão do capitalismo, mas não nega, e sim abraça outras categorias e embates que confrontam a dominância e subordinação do sistema social vigente (RODRIGUES e GUIMARÃES, 2011). Neste sentido, o anseio pela sustentabilidade ambiental é inevitável e imprescindível ao tecimento de críticas às relações sociais e de produção interconexas a modernidade, ao industrialismo, a urbanização e tecnocracia (LOUREIRO, 2008), tornando a educação – além de ambiental – política e social, por salientar o respeito a todas as formas de vida, suas diferenças, igualdades e subjetividades.

Considerações finais

Diante do desafio e das expectativas em atinar e deslindar convergências entre a teoria *queer* e a EA crítica, vimos que ambas apresentam, em suas particularidades, meios de indagar e embater movimentos que objetivam a homogeneização dos mais diversos aspectos da vida. Tal uniformização vem com fins de favorecer o estabelecimento, em forma de monopólio, do sistema socioeconômico vigente. Ao partir de uma concepção ampliada de ambiente adotada pela EA crítica, vemos que ela se relaciona com as mais diversas manifestações de subjetividades como a *queer*. Em certa medida, a EA crítica e a teoria *queer*, em análises mais profundas, trazem à tona as raízes das problemáticas relacionadas a sexo, identidade de gênero e sexualidade relacionadas às divisões socioeconômicas de classes e nos interesses de uma classe dominante em manter seu controle sobre outras, um controle que é econômico e psicológico, ou seja, dos corpos e das mentes. Nisso, igualmente, as questões de raça emergem junto com gênero e classe.

Salientamos que tanto a teoria *queer* quanto a EA crítica são movimentos contra hegemônicos. Partem de pontos diferentes e têm bases filosóficas distintas, mas, ao discutirem e problematizarem elementos comuns como a homogeneização da vida e consequente movimento de extinção das singularidades, colaboram em conjunto para emergir questões que passam despercebidas e são tratadas como naturais, ou seja, a ideia de que o mundo tal como está sempre foi assim e sempre será. Um exemplo ilustrativo, mas politicamente significativo foi a fala de Damares Alves, atual ministra brasileira da pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em janeiro de 2020, de que meninos devem vestir azul e meninas rosa. Pensar sobre gênero, a partir desta perspectiva hegemônica e, necessariamente, universal, tão apenas fortalece os estereótipos e as barreiras que impedem as mulheres, por exemplo, de conquistarem seus espaços na sociedade. E quando é uma mulher não heterossexual e/ou negra, o acesso a direitos diminui mais ainda.

Esta mesma lógica justifica a existência de ricos e pobres, de que brancos têm algo de especial e melhor que outras raças, de que ser heterossexual é o jeito certo de viver a sexualidade e os demais são errados, e assim por diante. Diante disso, pensamos a EA crítica como uma das possibilidades a serem consideradas em um processo político-educativo baseado na superação das desigualdades sociais a partir do respeito e reconhecimento de todas as formas de vida, de ser, de existir e de se expressar. Desta forma, afirmam-se valores e ações que contribuem para as transformações socioambientais exigindo responsabilidades individuais e coletiva, locais e planetárias. A responsabilidade

e a legitimação existencial das múltiplas formas de vida extrapola a vida humana e abrange todas as demais vidas, as quais são, aqui, vistas como tendo o mesmo status ontológico.

Diante disso, pensamos que uma das possibilidades de modificação deste contexto é o constante diálogo entre sujeitos, grupos e teorias, tal como propusemos neste texto. A abertura ao Outro enquanto outro legítimo é o caminho para novas possibilidades. Contudo, vale problematizar em que medida tal abertura ao Outro enquanto sujeito individualizado é possível na atual conjuntura socioeconômica. A resposta a esta questão está em construção nos e a partir dos espaços não apenas de fala, mas, principalmente, de escuta tanto na vida social quanto na ciência. É preciso escutar o que os modos diferentes de ser e existir têm a dizer. Eis onde está a abertura para infundáveis investigações.

Referências

BUTLER, Judith. **Bodies That Matter: On The Discursive Limits of Sex**. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARNOY, Martin. **Educação, Economia e Estado: base e superestrutura, relações e mediações**. São Paulo: Cortez, 1987.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e prática**. 9. ed. São Paulo: Editora Gaia, 2013.

DUSSEL, Enrique. **1942 El encubrimiento del otro: hacia el origen del "mito de la modernidad", 1992**. Disponível em: https://antropologiaengeo.files.wordpress.com/2015/04/dussel_el-encubrimiento-del-otro-conf-12y3.pdf. Acesso em: 08 mar. 2020.

GAMSON, Joshua. **Sexualities, queer theory, and qualitative research**. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. *The handbook of qualitative research*. Sage Publications, 2000.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2013.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 1, n. 22, p. 241-246, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva social. **Cadernos Pagu**, v.5, pp. 7-41, 1995.

IBGE. **Produto Interno Bruto**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>
Acesso em: 22 fev. 2020.

JAGOSE, Annamarie. **Queer Theory: An Introduction**. NYU Press, 1996.

JESUS, Jaqueline Gomes. Trans-formações: poder e gênero nos novos tempos. **Anais do 18º Congresso Brasileiro de Psicodrama**. Brasília: Federação Brasileira de Psicodrama, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental e “Teorias Críticas”. In: GUIMARÃES, Mauro (org.). **Caminhos da Educação Ambiental: da forma à ação**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 37-50, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Estranhamento queer**. Santa Catarina, Editora UFSC, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Os Estudos Queer e a Educação no Brasil: articulações, tensões, resistências. Contemporânea: **Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 2, n. 2, p. 363-369, 2012.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n.3, p. 935-952, 2014.

MELO, Alessandro; MAROCHI, Ana Claudia. Mulheres, Estudo, Trabalho e Relações Sociais de Sexo. **Acta Scientiarum**, v. 41, n. 1, p. 02-09, 2019.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, v. 11, n. 21, p. 150-182, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. **Vivir con el Riesgo. Informe mundial sobre iniciativas para la reducción de desastres**, 2004. Disponível em: <https://www.eird.org/vivir-con-el-riesgo/index2.htm>. Acesso em: 22 fev. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013.

ORTNER, Sherry Beth. Poder e projetos: Reflexões sobre a agência. In: **Conferências e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 284p., 2007.

PRECIADO, Beatriz. Entrevista a Jesús Carrillo. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 375-405, 2007.

REVISTA EXAME. **Pobreza afeta 2,2 milhões de pessoas no mundo todo**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/pobreza-afeta-2-2-bilhoes-de-pessoas-no-mundo-todo/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

RIBEIRO, Wallace Carvalho. Teoria Crítica: contribuições para se pensar a Educação Ambiental. **Sinapse Ambiental**, v. 4, n. 2, p. 08-25, 2007.

RICH, Adrienne. **Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence**. New York: McGraw-Hill, 1993.

RODRIGUES, Jessica Nascimento; GUIMARÃES, Mauro. Algumas contribuições marxistas à Educação Ambiental (EA) crítico-transformadora. **Revista de Educação Pública**, v. 20, n. 44, p. 501-518, 2011.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Nem Preto nem Branco, Muito pelo Contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

TOZONI-REIS, Maria Freiras de Campo. Temas ambientais como “temas geradores”: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. **Educar**, n. 27, p. 93-110, 2006.

TREIN, Eunice Schilling A. Educação Ambiental Crítica: crítica de que? **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 7, n. 14, 2012.

VAZ, Tales Gubes. **Pedagogia queer, cultura visual e discurso sobre (homo)sexualidades em dois cursos de extensão online**. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

VESTENA, Leandro Redim. Reflexões sobre vulnerabilidade e pobreza: subsídios às políticas públicas. In: II Seminário Internacional de Criatividade, Talento e Superdotação, Universidade Estadual do Centro Oeste, 2019. **Anais do II Seminário Internacional de Criatividade, Talento e Superdotação**, Guarapuava, 2019. Disponível em: <https://evento.unicentro.br/anais/altashabilidades>. Acesso: 22 fev. 2020.

Submetido em: 04-05-2020.

Publicado em: 21-08-2020.